

TRF-3 | Analista Judiciário - Área Judiciária

Conteúdo Programático

Está vedada a cópia ou a reprodução não autorizada
previamente e por escrito.

© Ceisc. Todos os direitos reservados.



Língua Portuguesa

- Redação Oficial;
- Ortografia e acentuação;
- Emprego do sinal indicativo de crase;
- Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados;
- Relação do texto com seu contexto histórico;
- Denotação e Conotação;
- Discurso direto; discurso indireto e discurso indireto livre;
- Intertextualidade;
- Figuras de linguagem;
- Morfossintaxe;
- Elementos estruturais e processos de formação de palavras;
- Sinonímia e antonímia;
- Pontuação;
- Pronomes;
- Concordância nominal e concordância verbal;
- Flexão nominal e flexão verbal;
- Vozes do verbo;
- Correlação de tempos e modos verbais;
- Regência nominal e regência verbal;
- Coordenação e Subordinação;
- Conectivos;
- Coesão e Coerência;
- Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas);
- Raciocínio analítico e argumentação;
- Uso do senso crítico na argumentação;
- Tipos de argumentos: falaciosos e apelativos;
- Comunicação eficiente de argumentos.



Raciocínio Lógico-Matemático

- Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações;
- Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos;
- Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas;
- Noções básicas de proporcionalidade e porcentagem: problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos.



Ética no Serviço Público e Integridade

- Fundamentos: Ética e integridade: conceito, princípios, valores;
- Ética, moral, democracia e exercício da cidadania;
- Ética no contexto público;
- Regime Disciplinar Federal: Lei nº 8.112/1990 e suas alterações (deveres, proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades);
- Combate à Corrupção e Improbidade: Lei nº 8.429/1992 (atos de improbidade administrativa), com as alterações da Lei nº 14.230/2021;
- Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
- Processo Administrativo: Lei nº 9.784/1999 (conceitos, princípios, direitos e deveres dos administrados);
- Normas Deontológicas e Integridade na Justiça Federal da 3ª Região: Código de Conduta da Justiça Federal (Resolução CJF nº 147/2011), atuação e composição do Comitê Gestor do Código de Conduta da JF3R (Portaria CJF nº 116/2012 e Portaria PRES nº 4.657/2026);
- Diretrizes dos Sistemas de Integridade do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 410/2021) e Governança Colaborativa no âmbito da JF3R (Resolução PRES nº 426/2021);
- Ambiente de Trabalho: Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (Resolução CNJ nº 351/2020) e as Comissões locais de Prevenção e Enfrentamento do Assédio no TRF3 e Seções Judiciárias vinculadas;
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 e alterações);
- Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 e alterações).



Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

- Teoria geral dos direitos fundamentais;
- Direitos Humanos e Direitos Fundamentais;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Agenda 2030 da ONU;
- Decreto nº 6.949/2009 (Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência);
- Resolução CNJ nº 401/2021; Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015; Lei nº 11.126/2005 e Constituição Federal);
- Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.048/2000; Lei nº 7.853/1989; Decreto nº 5.296/2004);
- Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei nº 10.048/2000; Lei nº 14.364/2022; Decreto nº 5.296/2004);
- Normas de apoio às pessoas com deficiência e sua integração social (Lei nº 7.853/1989 e Decreto nº 3.298/1999).



Informática, Inteligência Artificial e Inovação

- MS-Office 365: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 365;
- MS-Office 365 - Word: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto;
- MS-Office 365 - Excel: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados;
- MS-Office 365 - PowerPoint: estrutura e formatação de apresentações; inserção de textos, imagens, tabelas, gráficos e SmartArt; organização de slides; criação e personalização de modelos e temas; aplicação de transições e animações; hiperlinks; inserção de áudio e vídeo; apresentação de slides; impressão e exportação em PDF; recursos para apresentações em ambiente institucional;
- MS-Office 365 - OneDrive: conceito, armazenamento, sincronização de arquivos, compartilhamento e colaboração, integração com outros aplicativos do pacote MS-Office 365;
- MS-Office 365 - SharePoint: conceito, armazenamento de documentos, arquivos e outros tipos de conteúdo em bibliotecas de documentos, facilitando o acesso e a colaboração;
- Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos;
- Conceito da plataforma Microsoft Teams e suas funcionalidades integradas, como reuniões online com recursos de videoconferência, agendamento de compromissos e eventos e chats;
- Conceitos básicos de segurança da informação, abrangendo os princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade;
- Resolução CNJ nº 615/2025;
- Conceitos e definições: sistemas de IA, IA generativa, modelos de linguagem de larga escala e agentes.



Informática, Inteligência Artificial e Inovação

- Riscos e desafios da IA generativa: desinformação, violação de direitos autorais, vieses, impacto no trabalho e compartilhamento de dados sensíveis;
- Resoluções CNJ nºs 395/2021 (Política de Gestão da Inovação), 615/2025, com as alterações da Resolução CNJ nº 674/2026 (Diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário) e 647/2025 (Acesso a dados pessoais constantes dos sistemas informatizados do CNJ);
- Portaria CNJ nº 379/2024 (capítulo 1 ao capítulo 4, e Anexo II);
- Noções básicas de redes de inovação, laboratórios de inovação, metodologia de inovação (design thinking) e inovação aberta.



Sustentabilidade e Meio Ambiente

- Noções de sustentabilidade: o princípio do desenvolvimento sustentável na CF/88; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU; contratações sustentáveis na Lei nº 14.133/2021;
- Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009);
- Resolução nº 433/2021, do Conselho Nacional de Justiça (Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente);
- Resolução nº 709/2021 do Conselho da Justiça Federal (Política de Sustentabilidade da Justiça Federal).



Direito Civil

- Lei: eficácia; aplicação no tempo e no espaço; interpretação;
- Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro;
- Pessoas naturais: personalidade e capacidade;
- Direitos da personalidade;
- Pessoas jurídicas;
- Domicílio civil;
- Bens;
- Fatos jurídicos;
- Negócios jurídicos;
- Atos jurídicos lícitos;
- Atos ilícitos;
- Prescrição e decadência;
- Direito das obrigações;
- Contratos: disposições gerais; compra e venda; prestação de serviço; empreitada; mandato; transação;
- Responsabilidade civil;
- Penhor, hipoteca e anticrese.



Direito Processual Civil

- Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015 e suas alterações);
- Teoria Geral e Parte Geral: princípios gerais, fontes, eficácia, aplicação e interpretação da lei processual civil;
- Direito processual intertemporal;
- Jurisdição: conceito, características, natureza jurídica, princípios e limites;
- Competência: critérios determinadores; competência absoluta e relativa; modificações e meios de declaração de incompetência;
- Conflitos de competência e de atribuições;
- Competência originária dos tribunais superiores;
- Da ação e do processo: elementos da ação, legitimidade e interesse; classificação e critérios identificadores;
- Concurso e cumulação de ações;
- Conexão e continência;
- Relação jurídica processual e pressupostos processuais;
- Processo e procedimento;
- Objeto do processo, mérito, questão principal, questões preliminares e prejudiciais;
- Sujeitos processuais: partes e procuradores; capacidade e legitimação; deveres e responsabilidades; representação e substituição processual;
- Despesas, honorários advocatícios, multas e gratuidade da justiça;
- Litisconsórcio;
- Intervenção de terceiros: assistência; denunciação da lide; chamamento ao processo; incidente de desconsideração da personalidade jurídica; amicus curiae;
- Juiz: poderes, deveres, responsabilidades, impedimento e suspeição;
- Auxiliares da Justiça (perito, intérprete e tradutor);
- Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública;
- Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo;
- Atos processuais: forma, tempo, lugar, prazos e nulidades;



Direito Processual Civil

- Comunicação dos atos processuais: citação, cartas, intimações, meios eletrônicos, Domicílio Judicial Eletrônico e Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN (Lei nº 14.195/2021; Resoluções CNJ nº 455/2022 e nº 569/2024 e suas atualizações);
- Cooperação judiciária nacional: atos concertados e auxílio direto (Resolução CNJ nº 350/2020);
- Tutela provisória: tutela de urgência (cautelares e antecipada) e tutela de evidência;
- Processo de conhecimento e procedimento comum: formação, suspensão e extinção do processo;
- Petição inicial: requisitos e pedido;
- Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido;
- Contestação, reconvenção e revelia;
- Providências preliminares, saneamento e julgamento conforme o estado do processo;
- Provas: distribuição do ônus da prova; fatos que independem de prova; produção antecipada da prova; exame e valoração da prova;
- Meios de prova: depoimento pessoal; confissão; exibição de documento ou coisa; prova documental; documentos eletrônicos; prova testemunhal; prova pericial; inspeção judicial;
- Sentença e coisa julgada: conceito, classificações, elementos, efeitos e publicação da sentença;
- Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa;
- Remessa necessária;
- Coisa julgada: conceito, espécies e limites;
- Recursos e meios de impugnação: disposições gerais; apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração, recurso especial e recurso extraordinário;
- Repercussão geral, recursos repetitivos e Súmula Vinculante;
- Ação rescisória e reclamação constitucional;
- Execução e cumprimento de sentença: liquidação de sentença (espécies e procedimento);



Direito Processual Civil

- Cumprimento de sentença e meios de impugnação (impugnação ao cumprimento de sentença);
- Processo de execução de título extrajudicial: princípios gerais e espécies;
- Execução por quantia certa: citação, arresto, penhora, depósito, avaliação, expropriação de bens e satisfação do crédito;
- Execução de obrigação de fazer, de não fazer e de entregar coisa;
- Defesas do executado: embargos à execução e exceção de pré-executividade;
- Suspensão e extinção do processo de execução;
- Remição da execução;
- Fazenda Pública em juízo e execução fiscal: execução contra a Fazenda Pública (regime constitucional, legal e regulamentar de precatórios e requisições de pequeno valor - Emenda Constitucional nº 136/2025 e Resolução CJF nº 983/2026 e suas atualizações); execução fiscal (Lei nº 6.830/1980);
- Procedimentos especiais do Código de Processo Civil: generalidades, características e espécies; ação de consignação em pagamento; embargos de terceiro; ação monitória; restauração de autos;
- Ações constitucionais e processo coletivo: ação popular; ação civil pública; mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção; habeas data;
- Jurisdição constitucional nos tribunais e processos nos tribunais: o processo civil nos sistemas de controle da constitucionalidade (ação direta de inconstitucionalidade - ADI; ação declaratória de constitucionalidade - ADC; declaração incidental de inconstitucionalidade);
- Incidente de assunção de competência - IAC;
- Incidente de arguição de inconstitucionalidade;
- Incidente de resolução de demandas repetitivas - IRDR.



Direito Constitucional

- Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil;
- Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos;
- Remédios constitucionais e ações constitucionais: habeas corpus; habeas data; mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular; ação civil pública;
- Organização político-administrativa: disposições gerais; bens e competências da União, estados, Distrito Federal e municípios;
- Intervenção federal;
- Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos;
- Organização dos Poderes;
- Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República;
- Poder Legislativo: órgãos e atribuições; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária;
- Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e juízes federais; Juizados Especiais Federais; tribunais e juízes dos estados; tribunais e juízes do trabalho; Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Advocacia; Defensoria Pública;
- Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade - ADI; ação declaratória de constitucionalidade - ADC; arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF;
- Efeitos da declaração de inconstitucionalidade;
- Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica;
- Finanças Públicas: normas gerais; regime constitucional dos precatórios (art. 100 da Constituição Federal e emendas constitucionais vigentes); dos orçamentos;
- Ordem social: disposição geral; seguridade social (saúde, previdência social e assistência social).



Direito Administrativo e Administração Pública

- Regime jurídico administrativo;
- Princípios constitucionais e legais da Administração Pública;
- Princípios administrativos implícitos;
- Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) e sua aplicação na Administração Pública;
- Poderes da Administração Pública;
- Poderes e deveres dos administradores públicos;
- Uso e abuso do poder;
- Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019);
- Organização da administração direta e indireta;
- Órgãos públicos;
- Aspectos gerais da administração direta;
- Autarquias;
- Empresas públicas e sociedades de economia mista;
- Fundações públicas;
- Consórcios públicos;
- Agências reguladoras e executivas (Lei nº 13.848/2019 e suas alterações);
- Entes de colaboração e entidades paraestatais;
- Ato administrativo: conceito, características, atributos, elementos, requisitos de validade, classificação, formação, efeitos e extinção (revogação, invalidação, convalidação, cassação e caducidade);
- Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações): princípios, objetivos, contratação direta (dispensa e inexigibilidade), modalidades de licitação, critérios de julgamento e fases do procedimento;
- Contratos administrativos: formalização, execução, alteração, extinção e sanções administrativas;
- Processo administrativo: Lei nº 9.784/1999;
- Controle da Administração Pública: classificações relativas ao controle; controle externo e procedimentos de tomadas de contas;
- Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021);
- Serviço público: conceito, classificação, princípios, formas de delegação (regime jurídico da concessão e da permissão - Lei nº 8.987/1995), extinção, reversão dos bens e direitos dos usuários;



Direito Administrativo e Administração Pública

- Parcerias público-privadas (Lei nº 11.079/2004);
- Agentes públicos: classificação; cargo, emprego e função pública; provimento, investidura, exercício e afastamentos;
- Direito de greve;
- Regime constitucional dos servidores públicos na Constituição Federal;
- Regime de emprego público e disposições da CLT aplicáveis;
- Responsabilidade civil, administrativa e penal dos agentes públicos;
- Processo administrativo disciplinar;
- Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações);
- Gestão por processos;
- Gestão de riscos;
- Gestão de projetos;
- Processos de análise e tomada de decisão;
- Gerenciamento de crise;
- Compliance: conceitos, suporte da alta administração, código de conduta, controles internos, treinamento e comunicação;
- Gestão Estratégica do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 325/2020 e as diretrizes normativas para o ciclo subsequente do CNJ);
- Ferramentas de análise para gestão e planejamento estratégico, tático e operacional: Balanced Scorecard - BSC, estratégias, indicadores de gestão, gestão de projetos e gestão por competências.



Direito Penal

- Princípios de Direito Penal;
- Aplicação da lei penal;
- Crime;
- Imputabilidade penal;
- Concurso de pessoas;
- Penas: espécies de pena, regimes de pena e substituições da pena;
- Ação penal;
- Extinção da punibilidade: causas de extinção e o Acordo de Não Persecução Penal - ANPP;
- Crimes contra o patrimônio: furto, roubo, apropriação indébita, estelionato e outras fraudes;
- Crimes contra a fé pública: moeda falsa, falsidade de títulos e outros papéis públicos, falsidade documental;
- Crimes praticados por funcionário público e por particular contra a Administração em geral;
- Crimes contra a Administração da justiça;
- Crimes contra a ordem tributária e econômica (Lei nº 8.137/1990);
- Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998);
- Crimes em licitações e contratos administrativos (arts. 337-E a 337-P do Código Penal, introduzidos pela Lei nº 14.133/2021);
- Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998);
- Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013).



Direito Processual Penal

- Sistemas processuais penais: o sistema acusatório e o Juiz das Garantias (arts. 3º-A a 3º-F do CPP);
- Inquérito policial: natureza, início, dinâmica, prazos de conclusão e arquivamento;
- Ação penal: conceito, espécies, condições, denúncia e queixa;
- Competência: territorial, absoluta e relativa; competência por prerrogativa de função; modificações, conexão, continência e exceções;
- Questões e processos incidentes: restituição das coisas apreendidas e medidas assecuratórias;
- Prova: teoria geral da prova, sistemas de valoração e exame de corpo de delito;
- Cadeia de custódia da prova (arts. 158-A a 158-F do CPP);
- Busca e apreensão;
- Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória: prisão em flagrante, prisão preventiva e audiência de custódia;
- Atos processuais: forma, tempo e prazos;
- Comunicação dos atos processuais: citações e intimações;
- Instrução criminal: procedimento comum (ordinário e sumário) e o procedimento nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais (Lei nº 10.259/2001 e Lei nº 9.099/1995);
- Sentença penal: conceito, elementos, requisitos e publicação;
- Nulidades processuais penais;
- Meios de impugnação: recursos em geral; recursos em espécie e ações impugnativas autônomas (habeas corpus e revisão criminal);
- Execução penal: aspectos gerais da Lei nº 7.210/1984 e o regime dos estabelecimentos penais federais (Lei nº 11.671/2008).



Direito Tributário

- Normas gerais de Direito Tributário;
- Fontes do Direito Tributário;
- Norma tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração;
- Tributo: conceito, natureza jurídica e espécies;
- Hipótese de incidência: conceito e aspectos;
- Fato gerador;
- Obrigações tributárias: conceito e espécies, sujeitos ativo e passivo;
- Obrigação principal e acessória;
- Crédito tributário: conceito, natureza, lançamento, modalidades e revisão do lançamento, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário;
- Responsabilidade tributária;
- O Sistema Tributário Nacional: limitações constitucionais ao poder de tributar, imunidade tributária, competência tributária, tributos federais;
- A Reforma Tributária do consumo: Emenda Constitucional nº 132/2023 e suas leis complementares de regulamentação (Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2025);
- Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e Imposto Seletivo - IS;
- Administração tributária: fiscalização, certidões negativas e sigilo fiscal;
- Garantias e privilégios do crédito tributário;
- Processo Tributário: processo administrativo tributário (Lei Complementar nº 227/2025);
- Processo judicial tributário: ações de iniciativa do Fisco (Execução Fiscal - Lei nº 6.830/1980 e cautelar fiscal) e ações de iniciativa do contribuinte (ações declaratória, anulatória, de repetição de indébito, de consignação em pagamento e Mandado de Segurança);
- Cobrança da dívida ativa: inscrição, presunção de legitimidade e a transação tributária federal (Lei nº 13.988/2020 e suas alterações).



Direito Previdenciário

- Seguridade social: origem e evolução legislativa no Brasil, conceito, organização e princípios constitucionais;
- Aspectos constitucionais da previdência social (arts. 201 e 202 da Constituição Federal);
- Organização da assistência social: Benefício de Prestação Continuada - BPC (Lei nº 8.742/1993 e suas alterações);
- Regimes de previdência social;
- Regime Geral da Previdência Social - RGPS: beneficiários, prestações e benefícios em espécie, custeio e financiamento (Leis nº 8.212/1991 e nº 8.213/1991 e suas alterações);
- Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/1999 e suas alterações);
- Previdência social do servidor público (Regime Próprio - RPPS): noções gerais, benefícios, custeio e as diretrizes da Lei nº 9.717/1998 e suas alterações;
- Previdência complementar: regime das entidades fechadas e abertas (Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001);
- Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 12.618/2012 e suas alterações);
- Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 12.618/2012 e suas alterações);
- Cumprimento de sentença e execução em matéria previdenciária: Requisições de Pequeno Valor - RPV e precatórios judiciais.



Direito Ambiental

- Direito ambiental constitucional;
- Meio ambiente como direito fundamental;
- Princípios estruturantes do estado de direito ambiental;
- Competências ambientais legislativa e material;
- Política Nacional de Meio Ambiente: Objetivos; Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos);
- SISNAMA: estrutura e funcionamento;
- Lei nº 6.938/1981 e suas alterações;
- Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações;
- Resolução do CONAMA nº 1/1986 e suas alterações (relatório de impacto ambiental - EIA-RIMA);
- Resolução do CONAMA nº 237/1997 (licenciamento ambiental);
- Recursos hídricos;
- Lei nº 9.433/1997 e suas alterações (instrumentos de gestão de recursos hídricos);
- Recursos florestais;
- Lei nº 12.651/2012 e suas alterações;
- Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e 303/2002;
- Lei nº 11.284/2006 e suas alterações (gestão de florestas públicas);
- Significado de gestão e de concessão florestal;
- Espaços territoriais especialmente protegidos;
- Áreas de preservação permanente e reserva legal;
- Lei nº 9.985/2000 e suas alterações (SNUC);
- Responsabilidades;
- Efeito, impacto e dano ambiental;
- Poluição;
- Responsabilidade administrativa, civil e penal;
- Tutela processual;
- Crimes ambientais: espécies e sanções penais previstas;
- Súmulas e jurisprudência vinculante do STF e STJ.



Feito por especialistas

Nossos professores são referência no mundo jurídico e especializados em suas respectivas áreas.



Cursos preparatórios
para OAB 1ª e 2ª Fase



Cursos de
Pós-Graduação



Cursos preparatórios
para Concursos Públicos



Cursos de
Prática Jurídica